

ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS EM PESQUISA

COORDENADORES

Patricia Bieging

Raul Inácio Busarello

ISBN 978-85-7221-530-5

2025

*Kauã José da Silva Araújo
Rita de Cássia Souza Tabosa Freitas*

**DE CANÃA À AUSCHWITZ:
OS FUNDAMENTOS POLÍTICO-RELIGIOSOS
DA IDENTIDADE JUDAICA QUE INVOCAM
A ARABOFobia COMO ENGRENAgEM DO
NECROBIOPODER NO HOLOCAUSTO PALESTINO**

RESUMO:

O artigo examina o conflito Israel-Palestina a partir de uma perspectiva histórico-discursiva explorando seus fundamentos políticos e religiosos para além da análise estritamente geopolítica. Argumenta-se que a tensão entre esses povos é resultado de longos processos de construção simbólica, religiosa e política que moldaram a percepção do povo árabe como alteridade a ser controlada. A apropriação das narrativas bíblicas patriarcais serviu de base para a ideia exclusividade moral e para a formulação do sionismo moderno, que combinou fundamentalismo religioso com projetos de colonização. Portanto, a pesquisa adota o método dialético, com abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de procedimentos bibliográficos e documentais. Fundamenta-se em perspectivas decoloniais e pós-estruturalistas, orientando-se pela análise crítica de textos religiosos, discursos sionistas e representações orientalistas que historicamente sustentaram uma lógica araboíbica na produção hegemônica de conhecimento. A partir de métodos como a análise de conteúdo e o enfoque dialético, o estudo mobiliza autores árabes, palestinos e judeus críticos do sionismo para compreender como essas camadas históricas estruturam práticas de segregação, expulsão e violência que caracterizam o Necrobiopoder exercido por Israel. Ao final, conclui-se que a violência contra os palestinos não pode ser dissociada da matriz multissecular do fundamentalismo judaico, que transforma corpos árabes em ameaças e confere legitimidade moral à sua eliminação. Ao sacralizar o território e naturalizar a desumanização do outro, essa lógica sustenta a continuidade de políticas de extermínio e silencia o sofrimento palestino sob o discurso de segurança e autodefesa, transformando a "Terra Santa" em campos de concentração.

Palavras-chave: Fundamentalismo Religioso, Araboíobia, Necrobiopoder, Israel-Palestina.

INTRODUÇÃO

Enquanto a mídia frequentemente explora os limites da linha tênue entre a crítica ao sionismo e o sentimento antisemita, com o objetivo de ocupar o espaço comum argumentativo entre o senso comum e a opinião internacional, Israel incorpora a ideia foucaultiana de soberania política *in extremis*, exercendo poder através do controle direto das vidas que eles subjugam “legítimas”. Por isso, o paradigma do conflito entre Israel e Palestina tornou-se um material de estudo pertinente para a compreensão, inclusive, de outros conflitos nacionais e internacionais que envolvem processos de segregação e de extermínio (Dunker, 2021). Isso pois, as ações desenvolvidas nessa “guerra” e todo seu *modus operandi* são uma manifestação clara da violência e do Necrobiopoder exercido sobre os corpos.

O conflito entre Israel e Palestina tem sido um dos temas mais recorrentes e complexos da geopolítica mundial, contudo, para além das imagens de destruição e sofrimento que ocupam os noticiários, entender essa questão exige uma análise profunda da história e das dinâmicas internacionais. Portanto, para compreender de modo holístico o cenário atual é preciso assimilar todo o arcabouço histórico de reconfiguração da Ásia Ocidental, além de outros fatores determinantes como o período pós-União Soviética e a relação ancestral político-religiosa entre Israel e os países árabes vizinhos.

Indicamos isso, pois, as tensões entre judeus e palestinos têm raízes muito anteriores à *Nakba* de 1948, ou mesmo, antes da fundação de Israel enquanto um Estado. Desde a Idade do Bronze, a região palestiniana foi uma zona de invasões e disputas territoriais em razão de sua região privilegiada junto ao Mediterrâneo. A Palestina existe há mais de 4 mil anos como uma região multiétnica no Mediterrâneo Oriental entre o atual Líbano e Egito, sendo um local que já foi ocupado por treze nações diferentes desde sua origem (Mazzinghi, 2017). Dentre as diversas designações, “Canaã” era

um dos termos mais recorrentes para se referir a região da Palestina, ou conforme os textos bíblicos: a “Terra Santa”.

Apesar de sua pequena extensão territorial e da ausência de grandes recursos naturais – exceto pelas reservas de gás e petróleo (Miato, 2025) –, as terras árabes ocupam uma posição geoestratégica crucial aos discursos políticos, ideológicos e religiosos que movimentam esse conflito. Isso porque, essa região frequentemente disputada é um território considerado sagrado por três religiões diferentes: o islamismo, judaísmo e cristianismo. Por isso, se debruçar nas escrituras sagradas, como o Velho Testamento bíblico e o Alcorão, torna-se um método importante para atingir a cognição dos fundamentos históricos e culturais desse conflito desde a *gênese*: Afinal, a quem pertence a “Terra Prometida”?

METODOLOGIA

Este artigo é guiado pelo objetivo geral de analisar como os fundamentos histórico-religiosos da identidade judaica, articulados ao projeto sionista estruturaram mecanismos de arabofoobia que alimentam o Necrobiopoder desenvolvido no conflito Israel-Palestina. Esse objetivo foi subdividido em três desenvolvimentos: 1) Investigar como as narrativas bíblicas contribuíram para a alteridade epistêmica dos povos árabes e legitimaram o direito exclusivo do povo judeu ao território palestino; 2) Examinar como a formação ideológica do sionismo, através de uma herança de fundamentalismo religioso, inaugura e perpetua práticas sistemáticas de expulsão, segregação e violência contra os palestinos; e por fim 3) Analisar de que modo a arabofoobia e a islamofobia instituída pela perspectiva orientalista, opera como dispositivo central do Necrobiopoder israelense na gestão dos corpos palestinos.

Além disso, a pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, fundamentada em perspectivas decoloniais e pós-estruturalistas,

para analisar como fundamentos histórico-religiosos e práticas sionistas estruturam a arabofoobia e o Necrobiopoder no contexto do conflito Israel-Palestina. Adota-se também a análise de conteúdo (Bardin, 2016) como método principal, permitindo examinar criticamente narrativas bíblicas, discursos sionistas e construções orientalistas que sustentam a alteridade epistêmica dos povos árabes e legitimam formas de dominação territorial.

O estudo emprega ainda o método dialético, nos termos propostos por Marconi e Lakatos (2017), articulando diferentes camadas históricas, políticas e culturais, e apoiando-se em pesquisa bibliográfica e documental (Gil, 2010). O referencial teórico baseia-se majoritariamente em autores árabes, palestinos e judeus, como Edward Said, Ilan Pappé, Ualid Rabah e Norman Finkelstein. Também com contribuições de autores decoloniais ativistas pró-Palestina, a exemplo de Berenice Bento e Alain Gresh, além de outras fontes de informação que nos permitisse compreender o processo de limpeza étnica gerida por Israel sendo narrado por vozes palestinas.

1. TERRA PROMETIDA: O PROBLEMA DO ISRAEL BÍBLICO

Alain Gresh é categórico ao afirmar que "Na Palestina não existe, na minha opinião, qualquer direito 'natural' ou 'religioso'. Recuar a três mil, ou mesmo a mil anos, para definir que pedaço de terra pertence a quem é um exercício absurdo, ilegítimo, mas também sangrento" (Gresh, 2002, p. 8). É a partir disso que uma verdade é revelada: o sionismo possui uma relação simbiótica ao discurso religioso judaico que é de extrema importância ser observado. Em suas expressões político-fundamentalistas essencialmente dicotômicas, o sionismo materializa a luta cósmica entre Deus e o Diabo, o sagrado e o profano, a luz e as trevas, os escolhidos e os pecadores, o bem

e o mal, propostos pela “racionalidade” da dogmática cristã-judaica europeia. Enfim, toda essa herança reflete muito nos dogmas e na essência que persiste à natureza da “identidade judaica” de Israel e sua cultura ortodoxa.

É certo que, ao se aprofundar num contexto histórico multisecular, principalmente quando baseado em dados teológicos, não devemos cometer generalizações ou anacronismos. Por isso, também cabe salientar que a proposta deste artigo não é afirmar que os judeus em si são xenofóbicos, racista, sectaristas ou que todo israelense apoia a violência de Israel imposta sobre os palestinos com base em sua doutrina religiosa. O judaísmo não se confunde com o sionismo e suas práticas. Existe um recorte evidente entre sionistas extremistas apoiadores do Estado de Israel e o grupo étnico religioso – que na verdade, como no caso dos ultraortodoxos, reprova a fundação do Estado de Israel (Williamson, 2025).

Contudo, O Estado de Israel e seu processo de criação está intrinsecamente vinculado à história judaica e a sua formação identitária e, por isso, carrega uma profunda bagagem político-religiosa bastante problemática em relação aos povos árabes. O “antigo Israel” ou “Israel bíblico” é bastante discutido, e motivo de divergências entre os historiadores, arqueólogos e sociólogos que estudam o tema. Philip R. Davies (2015) é um dos que afirmam que o Israel narrado pela bíblia é um problema e não um dado histórico, pois, seria extremamente difícil extrair uma representação precisa de Israel através da literatura bíblica que não seja enviesada pelo seu valor teológico. Além de tudo, estudá-lo como única fonte reforçaria o erro de uma história sobre o “Oriente Médio” contado exclusivamente do ponto de vista judaico-cristão.

1 O uso do termo entre as aspas é usado para indicar uma designação construída a partir de uma perspectiva eurocêntrica, típica da produção histórica e sociológica ocidental. Ao chamar a região da Palestina de “Oriente Médio”, reforça-se uma visão colonial, que enxerga a Ásia Ocidental como uma extensão periférica do Ocidente e narra as histórias dos povos árabes a partir de um olhar externo e orientalista.

Diante disso, algumas vertentes acadêmicas apontam para a problemática de um “Israel” recorrentemente usada em sentido político, mas ainda mais problemático quando utilizado no sentido histórico de uma entidade étnica, já que na literatura bíblica não há uma identificação clara – na verdade, positiva – da população palestina dissociada da perspectiva judaica. Diante disso, transferir as características do Israel bíblico para a história da palestina seria totalmente desleal, ou melhor, seria uma desvinculação sobreposta de suas identidades que já é um alvo constante de silenciamento ou distorção.

Apesar dos textos bíblicos não apresentarem tanta credibilidade científica quando o assunto é datar eventos históricos, Lester Grabbe (1997) cita a possibilidade de utilizá-los de forma crítica e cuidadosa como um material válido para tentativa de compreender alguns aspectos da história e origem do povo judeu e, por extensão, também do povo árabe. Principalmente pela forma como foram representados nessas escrituras seculares e como são percebidos atualmente. Isso porque, a história desses dois povos está profundamente vinculada às narrativas patriarcais da Bíblia Hebraica (*תנ”ך*, em hebraico, *Tanakh*), especialmente nos livros do Gênesis, Éxodo, Números, Deuteronômio e Josué, bem como no Torá (*תורה*) – conhecido também como Pentateuco ou a Lei de Moisés – que constitui o núcleo teológico do judaísmo.

Paralelamente, o Alcorão (نَّبِيُّ الْأَقْرَبُونَ em árabe, *al-Qur’ān*), livro sagrado do Islã, da mesma forma que possui similaridades com as escrituras judaico-cristã também apresenta divergências. O Alcorão oferece as bases para a compreensão das raízes dos povos árabes, por suas próprias vozes, especialmente na figura de Ismael, também descendente de Abraão segundo a crença muçulmana. Conforme essas escrituras, o patriarca Abraão é apontado como o ancestral comum dos povos semitas, especialmente judeus e árabes (Silva, 2001). A narrativa bíblica situa Abraão originalmente na cidade de *Ur* dos Caldeus, uma região da Mesopotâmia (atual sul do Iraque), de onde ele parte em resposta a uma promessa divina: Deus teria garantido a ele e à

sua descendência a posse da Terra de Canaã, região que hoje corresponde ao território de Israel, Palestina e partes da Jordânia e Líbano.

As escrituras sagradas contam que Abraão teve dois filhos principais. O primeiro deles, Ismael, foi concebido por Ágar, que era a serva de Abraão. Por isso, embora fosse o primogênito, Ismael trataba-se de um filho “bastardo”, e mesmo lhe sendo concedido a bênção divina (BÍBLIA, Gênesis 17:20), ele não é escolhido como herdeiro da aliança estabelecida por Deus com Abraão, conforme a crença judaico-cristã. Contudo, Ismael é uma figura central na tradição islâmica como ancestral patriarca dos árabes e, além disso, símbolo do sacrifício prestado por Abraão, em obediência à Deus (ALCORÃO, Surata Aṣ-Ṣāffāt, 102).

O segundo filho foi chamado de Isaque, dessa vez com sua esposa Sara, a partir de quem, segundo a tradição judaica, descendiam Jacó (ou Israel) e, subsequentemente, os doze filhos de Jacó, que dariam origem às Doze Tribos de Israel², posteriormente designados de “filhos de Israel” ou Israelitas (Bright, 2004). Essas tribos compuseram a unidade étnico-tribal primitiva que, em seguida, seria politicamente organizada nos reinos históricos de Israel (Norte) e Judá (Sul). Por isso, a aliança conferida à Isaque é representada não apenas como um pacto espiritual, mas como uma construção narrativa que naturaliza uma hegemonia hebraica, reforçando a exclusividade étnico-religiosa da herança e deslegitimando, desde a origem, a linhagem árabe-islâmica associada a Ismael.

É baseado nisso que Omais e Santos (2024) discorrem sobre a relação da islamofobia e da arabofoobia com as representações bíblicas, que ocultavam ou representavam negativamente qualquer narrativa acerca da ascendência árabe, a exemplo de Ágar ou Ismael, sempre retratados em contextos de expulsão, rejeição, desvirtuosidade, disputas e preconceito racial. Além disso, os relatos

judaico-cristãos acabavam sempre direcionando o protagonismo à Sara e Isaque por carregarem as "raízes ancestrais hebraicas". A deslegitimação por trás da não aliança de Deus com Ismael é uma narrativa claramente baseada na superioridade étnica e no preconceito social que recaía sobre ele e a sua mãe.

Diante desse contexto, Har-El (2014) aponta para um apagamento significativo da figura de Ismael na tradição bíblica. Segundo o autor, esse vazio resulta da exclusão canonicamente deliberada dos textos bíblicos que continham detalhes sobre Ismael, o que contribuiu para sua marginalização simbólica e para interpretações distorcidas. Além disso, observa-se uma disparidade clara entre a construção narrativa de Isaque e Ismael, em que este último é frequentemente retratado como violento e indomável, reforçando uma leitura ideologicamente marcada, em que o filho associado à nação árabe aparece como ilegítimo e hostil, em contraste com o filho do "povo escolhido", representado como digno de proteção.

Assim, os descendentes de Abraão foram chamados de hebreus, com a descendência de Ismael denominada de ismaelitas e a de Isaque, israelitas. Cunha (1998) conta que essa designação étnico-cultural aparece já nos primeiros livros da Bíblia nos relatos em que Abraão lidera o seu povo rumo a Canaã. Chegando lá, os hebreus se agregaram aos povos locais que já ocupavam o local e passaram a fazer parte da cultura que já existia, como uma espécie de "canaanização" dos hebreus.

De acordo com Bright (2004), as escrituras bíblicas apresentam os povos que habitavam o Sul — onde hoje se localiza a Palestina — como antagonistas dos israelitas por possuírem tradições religiosas distintas, construindo a ideia de um "Israel antigo" protagonista e portador de uma verdade supostamente superior. Essa narrativa, que apresenta os hebreus como povo escolhido por Iahweh e justifica sua condução afastada dos filisteus (BÍBLIA, *Êxodo 13:17*), fundamentou a ocupação de Canaã e ainda hoje serve de base para

discursos que reivindicam o território palestino e alimentam formas de ultranacionalismo israelense.

Enquanto o Reino do Sul consolidou o monoteísmo centrado em Iahweh (Javé), o Reino do Norte manteve práticas politeístas com divindades como Baal e Moloque, sendo retratado como pagão e moralmente inferior; essa estigmatização atravessou séculos, influenciando a forma como filisteus e, posteriormente, povos árabes foram representados, contribuindo a estruturar elementos ideológicos presentes no sionismo moderno.

Além disso, a identidade de Israel está profundamente enraizada a figuras mítico-religiosas como de Moisés, Davi e Salomão, que representam liderança, conquista e reafirmam a aliança de Deus com o povo da “Nova Aliança”. A aliança davídica, em especial, é central para a cultura de triunfo israelense, pois fundamenta a ideia de um povo escolhido com direito a uma terra prometida e a uma soberania sagrada (Ribas, 2023). Esses personagens não apenas estruturam a narrativa histórica-religiosa de Israel, como também legitimam projetos políticos contemporâneos ancorados no sionismo.

Moisés foi um dos primeiros símbolos da esperança e do triunfalismo religioso e étnico da nação judaica, pois, segundo o Velho Testamento, teria sido escolhido por Deus para libertar os hebreus da opressão egípcia (Mazzinghi, 2017). Esse evento, conhecido como o Éxodo, marca a saída dos hebreus do Egito em busca da “Terra Prometida” de Canaã, que já era habitada por diversos povos cananeus e filisteus. A conquista da terra, descrita especialmente no livro de Josué, é narrada como uma campanha militar sustentada pela vontade divina, que resultou em sucessivos ataques aos filisteus e a imposição do reinado de Davi sobre os povos arameus, edomitas e moabitas, culminando na vitória definitiva dos hebreus.

Esse evento possui uma simbologia fundamental na tradição histórica e religiosa do judaísmo, pois é nesse período que ocorre a

criação da capital do Reino de Judá, e a antiga cidade de Jebus, que antes era comandada pelos cananeus, passa a se chamar Jerusalém. Através do sucessor de Davi, Salomão, Jerusalém torna-se uma "metrópole do judaísmo" e ocorre a construção do grande Templo de Salomão, estrutura que se tornou símbolo máximo da adoração ao Deus de Israel e da identidade nacional israelita, mas que, entretanto, se apropriou da "arquitetura pagã" pela exploração da mão de obra dos fenícios, adoradores de Baal.

Outro evento importante para a consolidação do sentimento sionista foi o Exílio Babilônico, que na narrativa bíblica corresponde um período de "diáspora" dos hebreus (Mazzinghi, 2017). Esse período é carregado de valores políticos não só na tradição judaica e bíblica, mas configurou também um século de enormes mudanças para todo o mundo antigo e a configuração da Ásia Ocidental.

Por isso, Grabbe (1999) adverte que esse termo não é neutro e trata-se de uma construção moldada por interesses teológicos e políticos que podem levar à confusão entre o discurso religioso e a reconstrução histórica. Isso porque, na Bíblia, o Exílio é narrado como castigo divino pelos pecados do povo hebreu que havia se desvencilhado do seu propósito, seguido pela promessa de restauração. Esse exílio então torna-se uma construção narrativa utilizada para acentuar a exclusividade da identidade judaica em oposição aos que permaneceram naquela terra.

É aqui que percebemos que a utilização das narrativas de perseguição para legitimar seus atos de violência e racismo não é algo atual para a história de Israel. O Exílio Babilônico é um marco para o fundamentalismo religioso que se insere nesse conflito pois foi mais um dos eventos que fixaram o sentimento triunfalista – posteriormente denominado como sionismo – na comunidade judaica. É durante a fase do Exílio babilônico que se origina o termo "judeu" (do hebraico *yehudí*, יְהוּדִי) e consequentemente "judaísmo" como uma

identidade religiosa e étnica – em posição de superioridade – vinculada à tribo de Judá e ao antigo Reino do Norte, Judá (Mazzinghi, 2017). Por isso, o exílio não foi apenas um deslocamento físico, mas representou também uma transformação fundamental para a composição da religião ética monoteísta de Israel.

Longe da terra, sem templo e sem monarquia, os judeus passaram a desenvolver formas alternativas de culto, além de reelaborar sua teologia, repensando temas como a aliança com Deus, o castigo coletivo e a esperança messiânica, fatores cujo impacto seria sentido por séculos e que moldaria profundamente a literatura, a religião e a autoconsciência de Israel. É nesse contexto que alguns estudiosos como Philip Davies (2015) situam o início da formação das tradições literárias sagradas que comporiam mais tarde o Antigo Testamento (Bíblia Hebraica).

Todo esse contexto religioso e a narrativa de libertação teve um impacto gigantesco na conjuntura desses povos, pois, antes do Exílio, John Bright (2004) cita que a religião no Israel antigo era descrita como henoteísta – o autor é ainda mais incisivo utilizando a expressão “vazia de conteúdo” –, com adoração dedicada exclusivamente a uma deidade nacional tribal. Acredita-se que grande parte da ética monoteísta tenha surgido somente no período exílico, fruto do trabalho dos profetas. O autor revela que as fontes de tensões presentes entre os judeus e o resto do mundo já estavam situadas desde aí, por motivos que habitavam exatamente na estrutura e essência da religião de Israel.

Isso porque o fundamento de toda crença judaica – principalmente após o período exílico – firmava que Israel havia sido escolhido por Javé e, por isso, constituíam um povo especial, único, concebido por Deus para o estabelecimento triunfal de seu domínio na terra. Como observa Bright (2004, p. 435), “O fato de ser esse triunfo concebido como envolvendo a submissão de outras nações significava que a questão da relação de Israel com o mundo na economia divina

teria sido levantada mesmo que a religião monoteísta não a tivesse tornado inevitável". Portanto, essa tensão levantada pelo universalismo e particularismo presente no ideário de Israel nunca desapareceu, e só foi ainda mais impregnado à sua identidade como parte da motivação judaica.

Essas são as raízes do racismo étnico-estrutural sofrido pelos árabes. Havia um forte sentimento de que o povo judeu devia manter-se unido e para isso era necessário afastar-se dos "inimigos", o que nutriu uma completa aversão e desprezo aos estrangeiros de outras nações. Afinal, as próprias escrituras bíblicas narram que "Para concretizar o chamado de Deus, Israel não podia se misturar com outras nações" (BÍBLIA, Jubileus 22:16). Desse modo, os cananeus e filisteus – assim como outros povos palestinianos – faziam parte daquilo que era ruim. Eles eram "maus", "ímpios", "zombadores", "sem-lei", fruto de grande indignação e impureza. Malditos com os quais não se devia ter nenhuma relação.

Além dessa subalternização do Outro, um enorme sentimento de orgulho pairava sobre a comunidade judaica pela sua posição peculiar de um povo único, santo e escolhido por Deus. Assim, após o período exílico, um dos elementos mais marcantes para a esperança de Israel era o "Dia de Iahweh", que simbolizava o dia do juízo purificador de Deus sobre as nações e a restauração e salvação do seu povo. Naquele dia o Senhor castigará com a sua dura espada, grande e forte, o Leviatã" (BÍBLIA, Isaías 27:1). Esse juízo divino seria como um *Apocalipse*, trazendo o poder destrutivo e vingativo de Javé sobre os seus inimigos:

Quando eu vos tomar dentre as nações e vos reunir de todas as terras, reconduzindo-vos à vossa terra. Borrifarei água sobre vós e ficareis purificados; sim, purificar-vos-ei de todas as vossas imundícies e de todos os vossos ídolos imundos. Dar-vos-ei um coração novo, porei no vosso íntimo um espírito novo [...] sereis o meu povo e eu serei o vosso Deus (BÍBLIA, Ezequiel 36:24-28).

Esse dia seria “a noção de um ataque final das nações contra Jerusalém, no qual Deus intervém com cataclismos e prodígios, derrotando o inimigo com uma carnificina pavorosa e estabelecendo o seu povo numa paz eterna” (Bright, 2004, p. 447). Por isso, havia uma emergência no apocalíptico. Era necessário guerra para alcançar a paz, era preciso destruir para restaurar, era indispensável exilar o “outro” para uni-los a si, era urgente matar para poder viver, afinal, a queda de algumas nações significava o triunfo de Israel. Aqui já se anunciava o processo de limpeza étnica vivenciado posteriormente na Palestina, que transformaria a “Terra Santa” em campos de concentração: a *Nakba*.

2. NAKBA: AS RAÍZES DO SIONISMO E O INÍCIO DO HOLOCAUSTO PALESTINO

Com a expansão do cristianismo na Europa e a conversão do mundo mediterrâneo pelo século XIX, surge uma onda de perseguições à população judia e muitos fugiram para as Américas, tornando-se um povo totalmente disperso. Acontece que os judeus passaram a ser culpabilizados, coletivamente, pela morte de Cristo e, por isso, a sua dispersão foi vista como uma punição divina por esse suposto crime (Cunha, 1998). Essa crença se tornou a base do antijudaísmo no contexto cristão e, consequentemente, dentre vários contextos, a potencialização do antisemitismo na Europa.

Pappé (2022) argumenta que foi diante desse cenário que surgiu o sentimento de que o povo judeu era uma “nação sem-terra” e que jamais seria possível a sua assimilação numa nação já constituída, questão que foi tratada como “o Problema Judeu”. Foi através desse sentimento que também surgiu a necessidade de empreender

um ideário (ultra)nacionalista, capaz de resgatar e reposicionar a identidade e o pertencimento da população judaica enquanto Estado-Nação. Em outras palavras, a criação de um “lar nacional judaico” capaz de acolhê-los, uni-los e protegê-los das ameaças externas. Assim surge o movimento sionista³ com Theodor Herzl em 1892.

O sionismo político moderno com Herzl foi a redefinição do judaísmo como um movimento nacional, possuindo raízes no Iluminismo judaico (*Haskalá*). Através de seus “precursores”, o sionismo já demonstrava ser um movimento nada homogêneo ao conciliar racionalismo e secularização com discursos de uma identidade cultural baseada no fundamentalismo judaico. Isso demonstra como o sionismo, substancialmente, sempre manifestou uma tradição sincrética, fundida no nacionalismo europeu e o historicismo messiânico, para justificar a ideia de uma pátria eterna e indivisível que exalta a ação violenta, colonizadora e preventiva, como autodefesa legítima.

Além disso, como o pensamento sionista estava centralizado na ideia de realocação, os sionistas preservavam uma cultura expansionista e, por isso, estavam aliados ao propósito imprescindível de “colonizar a Palestina para devolver aos judeus a pátria ancestral da qual haviam sido expulsos pelos romanos no ano 70” (Pappé, 2022, p. 48). Assim, a antiga promessa divina é ressignificada como legitimação de políticas de expansão, ocupação e violência, apresentadas como parte de uma missão sagrada de reivindicação ancestral que culminaria na consumação do destino histórico de Israel. É a partir disso que se inicia o conflito moderno de disputa – não só – territorial entre Israel e Palestina.

O primeiro conflito árabe-israelense armado ocorreu em 1948, e marcou a retirada forçada de mais da metade da população árabe do território (Gresh, 2002). Essa expulsão foi empreendida

³ O termo sionismo deriva da palavra “Sião”, que significa “Elevado” e está relacionada ao Monte Sião em Jerusalém (II Samuel 5:7). Além disso, está diretamente ligado a ideia de “retorno a Sião”.

inicialmente pelas milícias sionistas e, posteriormente, pelo exército israelense, consolidando o triunfo político e militar do movimento sionista agora no recém fundado Estado de Israel. A vitória dos sionistas demonstrou a força bélica e militar de Israel, que contava também com o apoio de entes importantes da comunidade internacional como os EUA. Isso atraiu ainda mais a imigração de novos judeus ao Estado que se sedimentava numa pilha de cadáveres palestinos.

Desde a Nakba, um número crescente de assentamentos israelenses – inclusive, declarados ilegais numa resolução da ONU (Nichols, 2024) – começaram a ser construídos, e sucessivos ataques repressivos continuaram protagonizando o território palestino. Apesar das respostas violentas, por vezes, apoiados pelo Egito, a Síria, o Iraque e a União Soviética (URSS), os palestinos dificilmente obtinham êxito nos embates diretos. Ademais, seu posicionamento junto ao movimento soviético é um dos fatores bem esclarecedores para a conjuntura sociopolítica internacional. Pois, foi a partir disso que a comunidade árabe foi colocada em contraste de potências globais como os EUA, França, Alemanha e o Reino Unido, que se preocupavam em neutralizar as influências da URSS, e até hoje preservam relações militares e diplomáticas a favor de Israel.

Diante disso, Berenice (2017) cita que foram elaborados ao todo três planos para colocar em prática o genocídio étnico dos palestinos. O Plano A, com o projeto britânico de divisão das terras árabes pelo "Relatório Peel" em 1937; O Plano B, com a operação organizada de imigração clandestina dos judeus europeus para a Palestina, conduzida por grupos sionistas e organizações judaicas através do apoio de autoridades britânicas em 1946; e o Plano C, com o fim do Mandato Britânico e o surgimento do "Problema dos refugiados palestinos".

Contudo ela cita um quarto plano: O Plano Dalet (a letra "D" em hebraico). Este foi o mais detalhado e sistematicamente elaborado entre todos. Após sua formulação, ele foi repassado aos

líderes das 12 brigadas recém-integradas à Haganá, acompanhado de uma relação precisa das aldeias dentro de suas respectivas zonas de atuação, incluindo o destino previsto para cada uma: ocupação, demolição ou expulsão. O Plano Dalet consistia em ordens diretas de execução, que envolveu:

bebês com crânios rachados, mulheres estupradas ou queimadas vivas nas suas casas e homens esfaqueados até a morte. [...] pilhagem e roubo dos bens materiais, estupros, assassinatos, demolições, agressões, incêndios, campos de trabalho forçado, envenenamento de fontes de água (Bento, 2017, p. 5).

Por meio de sucessivos ataques, massacres e repressões, esse foi o trágico destino dos palestinos ao longo dos anos. Diversos eventos marcaram a teocracia israelense de extermínio como a Guerra de Suez, em outubro de 1956. Essa foi a primeira grande intervenção militar de Israel que, em aliança secreta com França e Reino Unido, invadiu o Sinai alegando autodefesa contra os ataques de *fedayeens*⁴ palestinos vindos do Egito. O episódio reforçou a militarização Israel e acentuou o deslocamento forçado da população palestina.

Finkelstein (2001) cita que, um outro episódio, em junho de 1967, teve consequências ainda mais profundas. Israel lançou ataques preventivos contra Egito, Jordânia e Síria, ocupando territórios como a Cisjordânia, Jerusalém Oriental e a Faixa de Gaza. Referido como a Guerra dos Seis Dias, o ocorrido marcou o início da ocupação prolongada dos territórios árabes, com a imposição de um regime militar sobre milhões de civis palestinos e a expansão dos assentamentos judaicos ilegais.

Esse cenário contribuiu para a consolidação de Israel como potência ocupante e, em resposta a isso, a insurgência de alguns

4 Termo árabe que significa "aqueles que se sacrificam" ou "combatentes da liberdade". Ele se refere a militantes ou guerrilheiros, geralmente de orientação nacionalista, que se dedicam a uma causa, muitas vezes envolvendo luta armada.

movimentos e grupos de resistência organizada pelos palestinos. Uma delas, fundada em 1964, foi a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) que, contudo, é alvo de críticas recorrentes por não representar tão bem os interesses palestinos à medida em que adota uma postura mais diplomática e conciliadora frente a Israel (Pappé, 2022). Após a guerra de outubro de 1973, novos movimentos de resistência ganharam destaque, e, consonantemente, intensificaram-se os discursos israelenses de que os palestinos configuravam uma ameaça existencial ao povo judeu.

3. ENGRENAJENS DO NECROBIOPODER: O "SER ÁRABE" COMO INIMIGO SOCIAL ABJETO

Uma forma de compreender esse processo de dominação e colonização – que é, inclusive, intelectual –, é observar como as ideias religiosas e políticas que legitimavam a presença judaica na Palestina articulavam-se à produção cultural eurocêntrica responsável por difundir imagens distorcidas e desumanizadoras da Ásia Ocidental. Ao converter mitos bíblicos em justificativas para projetos coloniais, as bases ideológicas do sionismo moderno ganhavam ainda mais aderência da comunidade internacional enquanto moldava todo o imaginário social:

A sombra de nosso primeiro pai foi embora com ele, [...]
O patriarca Abraão, e o Rei Davi também;
E Israel, seu pai e seus filhos,
E Raquel por quem ele tanto tempo trabalhou;

E muito mais, abençoados por Ele.
E Saiba que, antes de todos estes,
Nenhuma alma humana jamais foi salva.

(Alighieri, 2022, p. 51)

O trecho acima, retirado da obra “A Divina Comédia”, de Dante, expõe uma prática característica das produções hegemônicas da literatura e do audiovisual na Europa: converter a desumanização dos povos árabes e a distorção de suas culturas em políticas educativas. Toda essa lógica faz parte de um movimento histórico contínuo de produção discursiva do “ser árabe” como alteridade inferior ao europeu. Essa produção de conhecimento baseado no Orientalismo – crítica proposta por Edward Said (2015) –, longe de ser neutra ou meramente descritiva, atua como um mecanismo de construção ontológica e simbólica do árabe como ameaça civilizacional, especialmente no contexto da hegemonia dos valores judaico-cristãos ocidentais.

Quando Dante Alighieri (2022) descreve de forma tão pejorativa a figura do profeta Maomé no Capítulo XXVIII de sua obra, resta claro esse processo de subalternização epistêmica cometido por muitos outros autores: mais do que descrever o Outro, trata-se de forjar uma identidade árabe “desviada” e perigosa, cuja existência indesejada serve à reafirmação da identidade europeia dominante que estará legitimada em exterminá-lo (Bento, 2021). Assim, a produção de conhecimento nesses moldes não visa compreender o árabe em sua própria perspectiva, mas objetificá-lo como inimigo necessário ao projeto civilizatório ocidental como figura degradada, abjeta e ameaçadora, a fim de desvincular suas identidades e silenciar suas vozes, facilitando ainda mais o apagamento de sua existência.

O processo de fundação de Israel foi parte desse processo de subalternização. Bento (2021, p. 9) afirma que “El sionismo es el heredero más joven de la ideología racista de los orientalistas. Son ellos los que siguen deshumanizando a los palestinos⁵”, demonstrando que, Israel é um Estado que se constituiu a partir da negação contínua da existência dos nativos árabes. Contudo, esse recurso

5 Tradução: O sionismo é o herdeiro mais jovem da ideologia racista dos orientalistas. São eles que continuam desumanizando os palestinos.

retórico não é uma criação do sionismo, mas já foi amplamente empregado nas produções europeias como instrumento de descrição e controle simbólico de povos colonizados. Essa descaracterização é inerente à biopolítica porque, como aponta Foucault (1999), ao gerir a vida em termos coletivos, esse poder-saber normalizador estabelece critérios sobre quais vidas merecem ser protegidas, promovidas ou descartadas.

Por isso, Bento (2018) elabora o conceito de Necrobiopoder: um conjunto de mecanismos de governabilidade que propõe a subalternização ou desumanização do “outro”, sendo a produção de mortes instituída por esse dispositivo vista como necessária para a manutenção das vidas consideradas importantes. A autora enfatiza a prioridade da morte como estratégia de instituição do poder, por meio do qual eliminará corpos e territórios compostos por estigmatização e existências ameaçadoras. Ou seja, para se fazer viver, um Estado necessita de forma sincrônica ou diacrônica (dependência contínua), produzir zonas de mortes. Por isso, Israel se torna um exemplo claro de necrobiopolítica nas palavras de Bento (2017, p. 6): “Israel é um imenso cemitério. Sob o ‘seu’ solo, estão vilas, corpos, cemitérios palestinos, objetos e muitas histórias. Tudo escondido pelo silêncio sepulcral de um projeto colonial”.

Essa política de morte exige, portanto, a criação de ameaças: grupos que representem um risco difuso à ordem, à identidade nacional ou à segurança coletiva, ou seja, um “inimigo social” e, por isso, a legitimidade de aniquilá-los. A figura desse inimigo, que geralmente corresponde a uma ameaça ficcional, é um recurso essencial à auto-conservação da legitimidade estatal. Esse inimigo pode se configurar como um “dissidente”, um “terrorista”, um “invasor”, um “subversivo”, o “transgressor moral” ou qualquer outro corpo social que possa ser desumanizado e convertido em instrumento de coesão nacional pelo medo de “degeneração da ordem”. Por isso, Bento (2018) destaca que o medo – artificialmente ampliado até o pânico – é um dos pilares da

necrobiopolítica moderna, pois serve como mecanismo para justificar a exceção e a violência do Estado.

O medo generalizado produz um desejo contínuo por segurança, o qual legitima o fortalecimento dos aparatos repressivos e a expansão da autoridade estatal, mesmo à revelia das garantias do Estado de Direito (Agamben, 2013). A ideia de que a servidão voluntária encontra no medo a justificativa para sua permanência, ilustra com clareza como o Estado utiliza esse sentimento como uma forma de obter adesão subjetiva da população à lógica da morte seletiva justificada pela normatização do Estado. A população se submete ao controle, não porque deseja a opressão, mas porque crê que o controle é necessário para protegê-la do inimigo social inventado.

No contexto colonial e pós-colonial, o Estado constrói sua soberania através da elaboração de uma narrativa histórica que exige a eliminação do “Outro” como condição para a pureza da nação. Isso se materializa em corpos racializados, trans, indígenas, árabes, pobres ou qualquer identidade que não se encaixe na ficção da nação branca, cisnormativa, cristã, heterossexual e “racional” europeia. Esses corpos são então marcados não apenas como “diferentes”, mas como ameaçadores à ordem daqueles que são “normais”. Sua mera existência se torna incompatível com a continuidade do Estado-nação, por isso, a eliminação deles não é apenas tolerada, mas desejada, porque é apresentada como única medida de proteção à identidade coletiva unificadora de um determinado grupo.

Essa lógica pode ser diretamente assimilada à fundação de Israel quando analisamos como a constituição do Estado israelense envolveu a produção de uma identidade nacional excludente, construída por meio da eliminação simbólica e material do “Outro” palestino. Ao mobilizar o ‘trauma do Holocausto’ e o histórico de perseguições antisemitas, o projeto sionista construiu um álibi narrativo que sustenta a ideia de que a segurança do povo judeu justificaria a ocupação da Palestina (Pappé, 2022). Nessa narrativa, o território árabe

foi descrito como uma “terra sem povo para um povo sem terra”, apagando deliberadamente a presença palestina e transformando seus habitantes em obstáculos à constituição de uma nação moderna, ocidentalizada, etnicamente homogênea e moralmente superior.

Resta evidente que, atualmente, a cultura expansionista do sionismo associa religião ao ultranacionalismo belicista para legitimar sua teocracia de extermínio. São gerações e gerações de palestinos apátridas, sem direito a uma identidade nacional, dispersos em campos de refugiados ou exilados em novos campos de concentração (Martinelli *et al.*, 2021) Ainda assim, Israel reivindica uma base religiosa superior como fundamento de sua nacionalidade, posicionando-se acima da fé rival. No contexto da Ásia Ocidental, o conflito é permeado por um misticismo que substitui a razão pela emoção, pela fantasia e por uma noção quase fatalista de destino.

Assim como no imaginário apocalíptico pós-exílico, em que a redenção de Israel dependia da queda violenta das nações inimigas, também aqui o outro – palestino – é tornado figura do obstáculo, do inimigo a ser derrotado para que a promessa se realize. Israel, assume para si o monopólio da violência sob a justificativa de preservar a paz, uma paz que, paradoxalmente, exige guerra, exclusão e extermínio. A lógica da segurança absoluta converte-se, então, em violência absoluta, o controle dos corpos.

As táticas de Israel de enfrentamento do “inimigo” incluem a destruição sistemática da infraestrutura social e urbana: sabotagem de recursos essenciais, usurpação de bens naturais como terra, água e ar, bombardeio de aeroportos, prédios civis, redes de comunicação, instalações médicas, além da devastação e da profanação de símbolos culturais e administrativos de um povo que não teve direito à soberania e autodeterminação. Uma população inteira é devastada pelo extremismo do poder sionista. A insegurança se torna norma, a morte é banalizada, o sofrimento humano é silenciado, e a fronteira entre “civilização” e “barbárie” se desfaz.

Conforme aponta Ualid Rabah, atual presidente da Federação Árabe Palestina do Brasil (Fepal), "Há campos de concentração em Gaza! [...] os novos nazistas, os sionistas de sempre, detentores de uma ideologia (de eugenia) pior que a dos nazistas" (Brasil 247, 2025), são hoje os responsáveis por uma política de extermínio silencioso, que condena milhares de palestinos à morte por fome, de forma lenta, desumana e destituída de qualquer traço de dignidade. Israel, sob o pretexto de fornecer ajuda humanitária, envia suprimentos para as áreas afetadas e, em seguida, realiza intensos bombardeios sobre áreas civis.

Esses atos reproduzem a mesma lógica vivenciada pelos campos de concentração nazistas, nos quais os poderes de administração e execução estavam concentrados numa mesma estrutura. As vítimas eram tratadas como gado: não eram alimentadas para preservar suas vidas, mas para tornar mais eficiente o momento de seu abate, quando já não fossem consideradas úteis. Essa realidade é fica ainda mais evidente através de um vídeo publicado pela Federação Árabe Palestina do Brasil, em que uma mulher palestina chora e expõe seu desespero:

Eu juro por Deus, estamos sendo humilhados como nunca! Eles nos esmagam e pisam em nós como se não fôssemos humanos, e dizem que os americanos vieram proteger o país. Proteger o país?! Eles fizeram o contrário! Eles nos humilharam e humilharam todas as mulheres em Gaza. Estamos sendo humilhadas, espancadas! Nos arrastam pela sujeira. Deus é o nosso único refúgio! Meu corpo inteiro dói! E nossas cabeças e corpos estão queimando [das bombas de gás]. Não aguentamos a dor. Queima como fogo! Não suportamos mais! O que vamos fazer agora?! Como vamos encarar nossos filhos e dizer a eles que não conseguimos trazer comida?! Tudo que trouxemos é isso. Ferimentos, dor e humilhação! [...] Quem se importa com a nossa situação?!

(Fepal, 2025)

A população, já privada de acesso a uma infraestrutura básica — como água potável e combustíveis —, agora é impedida até mesmo de se aproximar do mar. A costa foi declarada por Israel como zona de combate, ainda que os palestinos não possuam sequer uma força militar marítima (O Globo, 2025). Recorrentemente Israel tem sido acusado de práticas sistemáticas de violação dos direitos humanos, que incluem o sequestro e a execução de civis inocentes. Além disso, relatos apontam que os palestinos encarcerados são deliberadamente expostos a doenças infecciosas e submetidos a condições degradantes, com tratamento cruel e totalmente desumano (Fepal, 2025).

Enquanto crianças em Gaza morrem de inanição ou agonizam sob os destroços deixados pelos bombardeios, a tragédia palestina se transforma, grotescamente, em espetáculo. A equipe de repórteres da BBC News (2024) divulgou registros de cidadãos israelenses assistindo a destruição de Gaza em colinas próximas, locais que foram transformadas em pontos turísticos improvisados, onde chegam a ser servidos refrigerantes por máquinas automáticas. A sobrevivência, dia após dia, é ameaçada por um regime de violência e catástrofe que transforma a privação em arma e a resistência em punição coletiva, converte a fome em suas sentenças e faz da morte os seus destinos.

Diante do cenário desastroso, uma moradora da Faixa de Gaza, sobrevivente de um dos ataques de Israel, desabafa: "Que Deus se vingue deles! Eles mandaram 'ajuda'! Não queremos sua comida! Só queremos que a guerra pare! Estamos cansados! Por Deus, estamos cansados! Não somos animais, somos pessoas! Onde estão os países? Onde está o mundo? Estamos morrendo!" (Fepal, 2025) Sob os escombros de hospitais, valas comuns revelam restos mortais de centenas de palestinos, e paira no ar o clamor silencioso dos corpos desumanizados: a morte que não se pode nomear, o mal absoluto – evocando o Holocausto.

Mas por que pouco se fala nesse Holocausto? Por que os veículos midiáticos não classificam Israel como terrorista? Por que não existe um site de enciclopédia para o "Holocausto Palestino" contabilizando suas vítimas? Por que Hollywood não está fazendo filmes sobre o genocídio palestino? Por que os EUA não estão construindo um museu memorial para as vítimas dos ataques israelenses? Por que a ONU não está instituindo um Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto Palestino? Por que o diário de uma criança palestina vítima da *Nakba* não virou best-seller? Por que as vítimas da Palestina não merecem tanta comoção internacional?

Porque não interessa à Indústria do Holocausto⁶ atrelar a "Estrela de Davi" a um símbolo de ódio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo deste artigo evidenciam que o conflito Israel-Palestina ultrapassa a esfera geopolítica e se enraíza em estruturas históricas, religiosas e discursivas que moldaram a percepção do "outro" árabe ao longo de milênios. A construção judaica de "povo escolhido", sustentada por narrativas bíblicas, estabeleceu uma lógica de exclusividade territorial e superioridade moral religiosa que deslegitimou identidades vinculadas às origens árabes. Esse arcabouço teológico-cultural consolidou a arabofoobia e a islamofobia como base do sionismo e da fundação de Israel, permitindo que o corpo palestino fosse interpretado não como vida digna de proteção, mas como um risco balístico em si – um alvo cuja própria existência já justificaria sua eliminação.

6

Termo proposto por Finkelstein (2001) para criticar o uso político, financeiro e simbólico da memória do Holocausto por determinados Estados, instituições e grupos.

Nesse sentido, o genocídio palestino não pode ser compreendido apenas como produto de decisões políticas contemporâneas, mas como efeito acumulado de uma matriz discursiva multissecular, fortemente vinculada ao fundamentalismo judaico, que desumaniza, demoniza e coisifica o sujeito árabe. Paradoxalmente, tal sacralização funciona como mecanismo que neutraliza críticas ao Estado israelense e sustenta a exclusividade moral que permite a continuidade das práticas necrobiopolíticas, apagando a dor palestina e naturalizando sua morte como dano colateral inevitável ou como legítima defesa de Israel.

Portanto, compreender o conflito Israel-Palestina exige reconhecer que a violência atual opera sobre um terreno discursivo sedimentado por séculos de teologia política, colonialidade e racismos estruturantes. A persistência do Necrobiopoder israelense revela que a luta palestina não é apenas por território, mas pela própria possibilidade de (re)existir como humanidade reconhecida. O desenvolvimento dessas engrenagens torna-se, assim, um passo essencial para romper com a naturalização da morte palestina e a perpetuação do Necrobiopoder israelense. Mais que isso, reivindica uma proteção de direito que não seja seletiva, sacralizada ou monopolizada por um único grupo, mas comprometida com a dignidade de todos os povos.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte, Humanitas-UFMG, 2013.
- ALCORÃO. **Surata As-Şāffāt**, 37:102. Tradução de Samir El Hayek. 3. ed. São Paulo: Editora Santuário, 2015.
- ALIGHIERI, Dante. **A Divina Comédia**. Barueri: Novo Século Editora, Ed. 2022.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BBC NEWS. **The Conflict:** Israel and Gaza one year on - The Documentary. Author: Jeremy Bowen, 06 out. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.co.uk/sounds/play/w3ct7hj0>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BENTO, Berenice. ILAN PAPPÉ: HISTÓRIA E VERDADE. **Contemporânea**, v. 7, n. 2, p. 523-528, 2017.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 53, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/MjN8GzVSCpWtxn7kypK3PVJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 mai. 2024.

BENTO, Berenice. Redwashing y pinkwashing: discursos de izquierda en defensa de Israel. **Claroscuro**, n. 20, v. 1, p. 1-33, 2021.

BÍBLIA. **Bíblia Hebraica**: Torá, Neviim, Ketuvim. Trad. David G. C. Lima. São Paulo: Editora Sefer, 2006.

BRASIL 247. **Ualid Rabah: "O plano de Israel é eliminar toda a população palestina"**. 02 de jul. 2025. Disponível em: <https://www.brasil247.com/entrevistas/ualid-rabah-o-plano-de-israel-e-eliminar-toda-a-populacao-palestina>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRIGHT, John. **História de Israel**. São Paulo: Paulus Editora, 4^a Ed. 2004.

CUNHA, Vasco Oliveira. Palestina: Uma História (Inacabada) de Múltiplas Opressões. **Millenium**, n. 10, p. 49-62, 1998.

DAVIES, Philip R. **In Search of 'Ancient Israel'**: A Study in Biblical Origins. Edimburgo: T&T Clark, 2015.

DUNKER, Christian. Linguagem fraturada, mundo dividido: Gershon Baskin mostra que não haverá paz no Oriente Médio sem a construção de uma cultura compartilhada entre israelenses e palestinos. **Folha de S.Paulo**, 01 jul. 2021.

FEDERAÇÃO ÁRABE PALESTINA DO BRASIL (FEPAL). **"israel" está contaminando presos palestinos com doenças infecciosas de forma deliberada**. 29 jul. 2025. Disponível em: <https://fepal.com.br/israel-esta-contaminando-presos-palestinos-com-doenças-infecciosas-de-forma-deliberada/>. Acesso em: 01 ago. 2025.

FEDERAÇÃO ÁRABE PALESTINA DO BRASIL (FEPAL). **Mulher palestina colapsa em "distribuição de comida" no campo de extermínio gerenciado por "israel" e Estados Unidos em Gaza**. Instagram: @fepal_brasil, 25 jul. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DMiVXdEOn-y/?igsh=0WhkdHJpMzdubHdi>. Acesso em: 01 ago. 2025.

FINKELSTEIN, Norman G. **A indústria do Holocausto:** reflexões sobre a exploração do sofrimento judeu. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade.** São Paulo, Martins Fontes, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4^aed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRABBE, Lester L. (ed). **Leading Captivity captive. The “Exile” as History and Ideology.** Sheffield: Sheffield Academic Press, 1999.

GRABBE, Lester L. (ed.). **Can a “History of Israel” Be Written?** Sheffield: Sheffield Academic Press, 1997.

GRESH, Alain. **Israel, Palestina:** Verdades sobre um Conflito. Porto: Campo das Letras, Ed. 2002.

HAR-EL, S. Y. **Where Islam and Judaism Join Together:** A Perspective on Reconciliation. New York: Palgrave McMillan, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria; **Fundamentos da Metodologia Científica.** 8. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

MARTINELLI, Martín; COMEDI, David; IBARLUCÍA, Miguel; KACZERGINSKI, Liliana C.; RABI, Tilda; CHAHIN, Nadia Silhi; GAGO, Verónica; BRIZUELA, Natalia; MASRI, Lautaro; COLL, Fernando; THIER, Daphna; AWAD, Sumaya; PAPPE, Ilan; MOVIMIENTO BDS AMÉRICA LATINA; GONZÁLEZ, Zulema Beatriz; BENTO, Berenice; CARDIM, Guilherme; FLORES, Pablo Nolasco; ZETA, Sergio. **Palestina:** de la Nakba al apartheid. La lucha de un pueblo por su liberación. Dossiê, Buenos Aires: ContrahegemoniaWeb, 2021.

MAZZINGHI, Luca. **História de Israel:** Das Origens ao Império Romano. Trad. Renato Adriano Pezenti. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

MIATO, Bruna. Alvo de Trump, Faixa de Gaza pode ter reservas de gás e petróleo não exploradas, diz estudo. **G1 Economia**, Rio de Janeiro, 06 fev. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/02/06/alvo-de-trump-faixa-de-gaza-pode-ter-reservas-de-gas-e-petroleo-nao-exploradas.ghtml>. Acesso em: 05 jun. 2025.

NICHOLS, Michelle. ONU pedirá a Israel fim da presença ilegal nos territórios palestinos. **agênciaBrasil**, 18 set. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-09/onu-pedira-israel-fim-da-presenca-ilegal-nos-territorios-palestinos>. Acesso em: 10 mar. 2025.

O GLOBO. **Fome, sede e calor:** Israel reforça proibição de banho e pesca no mar em Gaza, último refúgio de palestinos no verão escaldante. 17 jul. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/07/17/fome-sede-e-calor-israel-reforca-proibicao-de-banho-e-pesca-no-mar-em-gaza-ultimo-refugio-de-palestinos-no-verao-escaldante.ghtml>. Acesso em 01 ago. 2025.

OMAIS, Sálua; SANTOS, Manoel A. Raízes da islamofobia e da arabofobia: uma interlocução socioteológica com as representações bíblicas de Abraão, Ágar e Ismael e suas repercussões na sociedade. **Reflexão**, Campinas, v. 49, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.24220/2447-6803v49a2024e10493>. Acesso em: 20 jun. 2025.

PAPPÉ, Ilan. **Dez Mitos Sobre Israel.** Trad.: Bruno Cobalchini Mattos. Rio de Janeiro: Editora Tabla, 2022.

RIBAS, Lucas César. Tensão Entre Incondicionalidade E Condicionalidade Na Aliança Davídica Como Catalisador Da História De Israel. **Pneuma: Revista Teológica**, Curitiba, v. 02, n. 01, 2023.

SAID, Edward. **Orientalismo:** O Oriente como invenção do Ocidente. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Airton José da. A História de Israel na pesquisa atual. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis, n. 71, p. 62-74, 2001.

WILLIAMSON, Lucy. O crescente número de israelenses que quer o fim da guerra em Gaza. In: **BBC News**. 15 jun. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cg4v94k36ywo>. Acesso em: 26 jun. 2025.

Kauã José da Silva Araújo

Graduando em Direito pela Universidade de Pernambuco (UPE), Arcoverde, PE, Brasil.

E-mail: kaua.araujo@upe.br

Rita de Cássia Souza Tabosa Freitas

Prof^a. Dra. do curso de Direito na Universidade de Pernambuco (UPE), Arcoverde, PE, Brasil.

E-mail: rita.freitas@upe.br